

## TERESOPOLITANAS



Projeto quer incentivar o público 60+ a se movimentar

### Mais movimento: SMEL lança grupo esportivo para 60+

A Prefeitura de Teresópolis, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), vai lançar um grupo esportivo adaptado voltado para pessoas com 60 anos ou mais. A iniciativa tem como objetivo promover saúde, lazer, qualidade de vida e socialização por meio da prática regular de

atividades físicas adaptadas às necessidades dessa faixa etária. As aulas serão realizadas todas as segundas-feiras, com duas turmas, uma das 15h30 às 16h30, e outra, das 15h30 às 16h30, no Ginásio Poliesportivo Pedro Jahara (Pedrão), e vão incluir diversas modalidades.

#### Inauguração

Para marcar o início do projeto, será realizado um aulão inaugural no dia 10 de novembro, com demonstrações das atividades e a presença de profissionais da Secretaria de Esporte e Lazer.

#### Meio ambiente I

Em reunião realizada na última quarta (30), o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) aprovou por unanimidade o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.

#### Cultura

Casa de Cultura Adolpho Bloch recebe a Mostra Coletiva de Arte. Com trabalhos de 24 artistas da cidade, ela poderá ser visitada até o dia 21, de segunda a sexta, das 8h às 19h30, e no sábado, das 10h às 15h30.

#### Meio ambiente II

O PMMA representa um marco na gestão ambiental de Terê, integrando conservação ambiental, desenvolvimento social e crescimento econômico sustentável. O plano foi construído de forma colaborativa.



Vereadores justificaram que a representação não apresentava elementos suficientes

## Câmara de Areal rejeita cassação de Gutinho

Apesar da decisão, legislativo avalia a abertura de uma CPI

Por Leandra Lima e Richard Stoltzenburg

Com suspeita de superfaturamento na compra de insumos para a pasta da educação, o mandado do Prefeito de Areal, Gutinho Bernardes (PP), não será mais cassado. A decisão veio da Câmara Municipal, que rejeitou, por unanimidade, o pedido de abertura de uma Comissão Processante contra o político. A pauta chegou à casa legislativa após uma denúncia de que Gutinho teria adquirido cerca de 400 computadores, em 2022, para a rede municipal de ensino, por preços acima do valor de mercado, o que gerou um sobrepreço de quase R\$ 544.838,44, ou seja, meio milhão de reais.

Na época, o caso também foi encaminhado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que abriu o inquérito civil nº 013/2023 para apurar os indícios de superfaturamento na aquisição de computadores para professores e alunos da rede entre 2021 e 2022. Na análise, o órgão estadual considerou que houve uma certa discrepância no valor dos 404 eletrônicos pagos à empresa EstrelaMix Distribuidora LTDA.

Com isso, o MPRJ identificou a divergência nos preços, ressaltando que o município adquiriu os itens por R\$ 1.348,61 a mais, gerando um superfaturamento de R\$ 544.838,44. Dian-

te do fato, questionados pelo órgão, o Executivo Municipal não apresentou uma justificativa plausível no que tange ao emprego das verbas.

#### Recomendações pós-análise

Após as análises, o ministério direcionou algumas recomendações ao município. Uma delas é que o poder público implemente um procedimento de governança específico para processos de aquisição; que justifique de forma concreta a vantagem de preço; realize pesquisa de mercado previamente a todas as aquisições e contratações de serviços no âmbito da municipalidade, de forma ampla, incluindo a verificação de preços especificamente quanto a outras contratações do mesmo item/serviço pela Administração Pública; e faça revisão específica e exaustiva quanto aos preços praticados em todas as aquisições e contratações de

serviço no âmbito da municipalidade, a fim de evitar sobrepreço ou superfaturamento.

#### Cenário Atual

Até o presente momento, no qual a pauta chegou na Câmara e a decisão de não cassar o prefeito, os vereadores justificaram que a representação não apresentava elementos suficientes para embasar a investigação e que a abertura da comissão poderia gerar desgaste político sem respaldo técnico. Apesar da decisão, os parlamentares avaliam a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para obter esclarecimentos sobre o fato.

Agora, sobre o inquérito civil do Ministério Público do Estado, foi informado ao Correio que o documento foi analisado pelo Grupo de Apoio Técnico e, posteriormente, arquivado. Após isso, os autos foram remetidos ao Conselho Superior do MP para análise da decisão.

## 2ª Vara de Paraíba do Sul determina suspensão da CPI da Águas da Condessa

Divulgação

Por Redação

Uma decisão da 2ª Vara da Comarca de Paraíba do Sul determinou que a Câmara de Vereadores suspenda os atos e efeitos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da concessionária Águas da Condessa. A comissão foi instaurada em junho deste ano para apurar possíveis irregularidades na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico no município.

A Ação Anulatória foi movida pela Águas da Condessa, que ingressou com um pedido de tutela de urgência contra a Câmara de Vereadores de Paraíba do Sul. No pedido, acatado pelo judiciário, o juiz Luiz Fernando Ferreira de Souza Filho, atendeu a demandante destacando que "a CPI questionada não atende aos requisitos constitucionais exigidos e por isso, como quer a autora, deve ser suspensa".

Ainda segundo a decisão da 2ª Vara, proferida no dia 29 de outubro, conforme o exposto pela concessionária, o relatório da CPI produzido pela Câmara dos Vereadores não responde com precisão, certeza ou clareza os descumprimentos contratuais e prejuízos à população causados pela autora. Além disso, a comissão não concedeu oportunidade de



A comissão foi instaurada em junho deste ano

ampla defesa à Águas da Condessa em relação às denúncias apresentadas.

#### Conflito de interesses

A decisão destacou ainda que, devido a participação do presidente da CPI em ações judiciais contra a concessionária investigada, inclusive após a instalação dos trabalhos da CPI em questão, demonstra-se conflito de interesses ou ainda desvio de finalidade a ser apurado.

Na decisão, a Câmara também fica impedida de divulgar o relatório final da CPI, em que os vereadores solicitam à

Prefeitura de Paraíba do Sul que encerre o contrato de prestação de serviços com a concessionária sob a alegação de caducidade, com a justificativa de que a empresa descumpriu metas, além de falhas na prestação dos serviços. O relatório final da CPI foi apresentado em audiência pública realizada em setembro pela Câmara dos Vereadores, sendo a leitura final feita pelo presidente da comissão, vereador Junior Cruz.

A comissão teve como relator o vereador Wallace Canelinha e o vereador Nelson de Mello, como membro.

#### O que diz a Águas da Condessa

A concessionária Águas da Condessa reafirma que sempre atuou com total transparência e dentro das normas legais e contratuais que regem a concessão dos serviços de água e esgoto em Paraíba do Sul.

#### Esclarecimento do legislativo

A Câmara de Paraíba do Sul informou em nota "Oficialmente, a Câmara ainda não foi notificada e aguardará a chegada da medida tutelar para analisar os fatos e se manifestar com mais propriedade".

## CORREIO SERRANO

### GAP 3

O prefeito Jonas Dico esteve na última sexta-feira (31), com o secretário de Obras, Ricardo Monteiro, e o engenheiro e fiscal da obra da Galeria de Águas Pluviais (GAP 3), Renato Perez, para alinhar o cronograma dos tra-



Obra não causará prejuízos

ilos, que seguem em ritmo acelerado. Durante o encontro, ficou definido que o governo municipal entregará todo o circuito da obra já pavimentado. A medida também visa preparar a cidade para o aumento do movimento.

### Sem danos ao comércio

A Prefeitura de Três Rios destacou que o andamento da obra não causará prejuízos ao comércio nem ao fluxo de consumidores, assegurando que as intervenções serão conduzidas de forma planejada, preservando o dinamismo econô-

mico e o clima festivo que marcam o mês de dezembro no município. Segundo o Executivo a cidade se torna um dos principais polos de compras e lazer da região durante o período natalino, atraindo moradores e turistas.

### Trem II

Os equipamentos chegaram ao pátio ferroviário e passarão por um amplo processo de restauração e modernização, incluindo pintura, reforma de estofados, revisão mecânica e adequação às normas técnicas da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

### Operação

A operação do trem promete atrair visitantes de diferentes regiões, movimentando o comércio, o setor de hospedagem, a gastronomia e os serviços em geral. — das cidades que integrarão o trajeto turístico. A atração é esperada com grande expectativas.

### Trem I

Três Rios deu mais um passo importante rumo ao fortalecimento do turismo regional. Na última semana, o município recebeu 13 vagões de passageiros, um vagão restaurante e três locomotivas, que integram o projeto do Trem Turístico Rio-Minas.

### Projeto

O projeto, conduzido pela ONG Amigos do Trem, conta com recursos privados e apoio institucional das prefeituras envolvidas, entre elas Três Rios, que sedia parte fundamental das etapas de recuperação e logística.